

GOIÂNIA, FANTASMAGORIA DA METRÓPOLE MODERNA:

GOIÂNIA, GHOSTLY MODERN METROPOLIS

RODRIGO SOARES²⁸

Resumo: Esse Artigo busca discutir o desenvolvimento da história da cidade de Goiânia a partir de uma leitura de Walter Benjamin. Com essa premissa teórica, buscaremos discutir como a perspectiva de modernidade se desdobrou historicamente na capital goianiense. Outra proposição é buscar compreender a dinâmica urbana goiana atual como resultado direto do projeto de modernidade existente na capital de Goiás desde seus primórdios. Para isso, abordaremos como a desigualdade espacial se tornou a expressão da apropriação histórica e cultural urbana da cidade de Goiânia. Para isso, tomaremos um condomínio fechado de luxo como exemplar para refletir historicamente sobre essa dinâmica.

Palavras-chave modernidade, metrópole fantasmagórica, Goiânia, Walter Benjamin

Abstract: *This paper aims to discuss the development of the history of the city of Goiânia from a Walter Benjamin reading. With this theoretical premise I seek to discuss how the modernity perspective was historically unfolded in the capital of the state of Goiás. Another proposition of this study is to understand the current urban dynamics of Goiania as a direct result of the modernity project since its beginnings. In order to do that, I discourse about how the spatial inequality became an expression of the historical and cultural urban appropriation in the city of Goiânia in its metropolization process, thus, I take a luxury private condominium as examples of how the inequality was historically established.*

Keywords modernity, ghostly metropolis, Goiânia, Walter Benjamin.

GOIÂNIA: ENTRE O ATO E O CONCRETO = A MODERNIDADE FANTASMAGÓRICA.

A cidade de Goiânia, a partir de sua fundação, foi pensada para ser o rosto da modernização que se propunha no Brasil desde a década de 30 do século XX. A nova capital do estado trazia consigo um conteúdo simbólico que apontava para ideais de novos tempos de desenvolvimento e progresso. Pretendia-se que a cidade fosse o marco da passagem para uma nova etapa na história; isso significava que sua construção era um ato de quebra de estigma, ou seja, de ressignificação.

Na década de 1930, o projeto de modernidade tinha como objetivo voltar o Brasil para si mesmo, e o centro seria o caminho a ser seguido. Silva afirma que essa dinâmica do pensar o projeto moderno retoma genealogicamente uma brasilidade e a ideia de que o sertão poderia representar uma “imagem do coração”²⁹.

Com essa representação, o projeto da nova capital já se tornava fantasmagórico, em sentindo benjaminiano – como veremos mais a frente. A modernidade, como volta para si, trouxe uma realidade que não coadunava com o contexto daqueles que viviam, na época, sob o discurso do progresso. Surgia uma cidade desconhecida, sem identidade. Em sua passagem por Goiânia em 1937, Lévi-Strauss deixou clara sua repulsa pelo projeto. Ele entendia que uma cidade não pode ser forjada no nada, sem que seja fruto de uma naturalidade, feita de uma forma abrupta, um ato de violência, e que naquele espaço *sem história* os homens perderiam sua humanidade.

²⁸ Professor do Instituto Federal de Goiás.

²⁹ SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. *A construção de Brasília: modernidade e periferia*. Goiânia: Editora da UFG, 2010, p. 36

A cidade que você vê seria a expressão do discurso moderno fundado na década de 1930 e, como vontade de poder, teve no Estado Novo a proposta de que a modernidade levaria o Brasil a construir a verdadeira nacionalidade, através da unidade, contrária às ideias fragmentárias da Velha República.

Sob o discurso da modernização, o projeto da capital goianiense assumia a nuance de representação de como a modernidade brasileira estava sendo concebida desde seus primórdios, no início do século XX, ou seja, como uma forma inacabada de utopia, uma fantasmagoria de modernização. A modernidade, como projeto histórico, prometia que o progresso poderia trazer uma vida melhor, mas, como prática, o que imperou foi a falaciosa realidade de um mundo novo que, através de suas fantasmagorias, mascarava essa situação *mal resolvida*.

Partindo do contexto nacional, a modernidade no Brasil, a partir década de 1930, estava em um processo que passava por uma crise de ordem econômica, e consequentemente social, oriunda da crise de 1929. Nesse momento, um novo grupo político se estabeleceu no poder brasileiro, representando as ambições de transformação advindas de décadas anteriores do mesmo século.

Em Goiás, a vontade de poder, em aspectos macro e micro (nacional, estadual e local), impulsionava a ânsia pelo progresso. Em âmbito nacional, Getúlio Vargas incumbiu o representante da nova ordem local da missão de tornar o projeto de modernidade uma realidade material com a construção da cidade de Goiânia. Ela seria a chave de um projeto maior de integração nacional dentro do contexto do programa de Rumo ao Oeste.

Cabe salientar que, no discurso de Vargas, o “antigo” (as práticas antigas) era buscado como forma de le-

gitimar as novas práticas políticas de poder. O novo se estabelecia com o intuito de suplantar os antigos discursos. No entanto, essa ruptura proposta era uma fantasmagoria que mascarava “(...) a continuidade de um projeto histórico de uma classe”³⁰ e o que era imposto como progresso era, na verdade, um *mito do progresso*.

O homem escolhido para tal empreitada foi Pedro Ludovico Teixeira. Ele encarnava a ideia do herói empreendedor. Segundo os discursos do progresso, ele seria o equivalente ao que Pereira Passos anteriormente foi para o Brasil no antigo projeto modernizador, com a reforma do Rio de Janeiro, e ao que Haussmann, o precursor da era moderna, tinha sido. Esses heróis foram agentes de grandes transformações e criavam sobre um lastro de destruição.

Nessa perspectiva, o herói empreendedor goiano encarnava uma fantasmagoria de progresso, pois, mesmo com um discurso de ruptura, Pedro Ludovico representava as antigas estruturas socioeconômicas.

Sendo assim, o nosso herói empreendedor esbarra na perspectiva mítica do progresso que se instalava no Brasil. Nosso herói foi buscar, em suas experiências, formas de justificar a construção da cidade como marco de ruptura com a realidade estabelecida. O interessante é que seus referenciais de modernidade tinham como base o Rio de Janeiro, cidade que representava a ordem que foi derrubada pela Revolução de 30. Ludovico se considerava um admirador de Pereira Passos.

(...) Mesmo assim, era interessante assistir ao espetáculo do mar, muitas vezes revoltado quebrar-se ou estirar-se pelas praias. Mas acabava de ser concluída a Avenida Rio Branco, realizando-se o desejo inquebrantável do prefeito Pereira

³⁰ BOLLE, Willi. Fisionomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin. São Paulo: Editora da USP, 1994, p.149.

Passos, que tudo arrostou para modernizar sua cidade.³¹

Com carisma, criador e criatura se fundiam, dando maior credibilidade e sentido aos discursos míticos do progresso. Representados por Ludovico, tais discursos ainda refletiam aquela antiga justificativa inerente à reforma do Rio de Janeiro do prefeito Passos, que ele tanto admirava. Em relatório enviado a Getúlio Vargas em 1933, anexou o famoso relatório apresentado em 1890 por Rodolfo Paixão, presidente da Assembleia Estadual, ao ministro da Justiça da República, Cesário Alvim, que descrevia a situação sanitária da cidade.

Representante das mais modernas tendências da arquitetura do momento, Attilio Corrêa Lima se inspirou no urbanismo das grandes potências, especificamente Estados Unidos e França, para elaborar o projeto da capital e tomou como ponto de partida o palácio do governo. O local de tal construção foi marcado por um esqueleto de ema — o “único objeto disponível na ocasião, neste belo cerrado”.³²

O esqueleto de ema e o palácio eram elementos contrários, mas não contraditórios, pois estavam dentro da lógica da *modernidade do sertão* que se movia pelo binômio destruição e transformação. A chamada “destruição criativa”, aliás, expressava a dualidade do processo modernizador em geral, pois “como poderia um novo mundo ser criado sem destruir boa parte do que viera antes? Simplesmente não se pode fazer omelete sem quebrar os ovos, como o observou toda uma linhagem de pensadores modernistas de Goethe a Mao”³³

Com Attilio e posteriormente Armando Godoy, a arquitetura de caráter modernista (e suas tendências — *eclética e modernista* principalmente) tentava

trazer para o sertão uma lógica de modernização capitalista para um Brasil que ainda nem se conhecia como nação e nem se integrava como território. A modernização se produziu de uma maneira fantasmagórica: entre o discurso e a prática, a realidade.

A fantasmagoria é a aparição das imagens-*phantasma* que não correspondem ao real porque, na verdade, ao mesmo tempo em que são percebidas, não estão presentes; ao mesmo tempo em que buscam aparecer e corresponder ao real de algo, esse algo não existe como presença objetiva e, por isso mesmo, não pode ser representado como real. Em resumo, fantasmagoria, destarte, é o conjunto das imagens representativas feitas pela sociedade no intuito de representarem a si mesmas e que tomam um caráter de coisa que seja independente da vontade e do pensamento dessa mesma sociedade.

A ilusão como imagem mental que percebe o mundo, corresponde-se com ele e o caracteriza. Como fantasmagoria, torna inconsciente essa imagem mental ilusória em imagem independente e representante do real, como objeto que se move sozinho e indiferente da vontade da sociedade produtora de mercadorias e de sua própria cultura.

O projeto da cidade, fez-se sobre o signo da “farsa”, porque os referenciais modernos utilizados na cidade de Goiânia, mesmo que inspirados nos mais arrojados símbolos de modernidade da época, ainda expunham e se alicerçavam nas antigas estruturas.

A cidade que fora construída para se tornar capital, em sua essência já trazia as contradições do sistema estabelecido. Desde seu início, a cidade de Goiânia se promoveu e se produziu atrelada ao capital imobiliário especificamente. Habitar essa cidade se tornou algo a ser comprado ou vendido. Essa enti-

³¹ MELLO, Márcia Metran de. *Goiânia: cidade de pedras e de palavras*. Goiânia: Editora da UFG, 2006, p.35.

³² MELLO, Márcia Metran de. *Goiânia: cidade de pedras e de palavras*. Goiânia: Editora da UFG, 2006, p.32

³³ MELLO, Márcia Metran de. *Idem*, p.32

dade esteve incrustada na alma da *urbe* goianiense, ditando os rumos que a cidade tomaria a partir da expansão de suas fronteiras. Em síntese, a força do capital imobiliário se sobrepôs à força política.

Constituiu-se, desde então, o que Aristides Moysés (2006) chamou de cidade ilegal, ou seja, o planejamento moderno sucumbiu ao capital. O que começou como planejamento científico sobre o sertão se tornou mercadoria e, como tal, deixou de objetivar o bem-estar e o sentido de integração para se tornar algo consumível e a ser cultuado. A cidade ilegal é o desdobramento espacial do sentido da cidade-mercadoria, onde bem-estar e integração social foram transformados em coisas a serem compradas. O que tinha, pelo menos no discurso, o propósito de trazer uma vida melhor, na verdade trouxe destruição e exclusão.

Em sua expansão, a cidade Goiânia trouxe, uma realidade de exclusão. Aqueles que abraçaram o projeto de modernidade como a porta de um mundo melhor, foram por ela própria deixados de lado. É essa realidade da cidade ilegal que este trabalho se propõe a estudar, com intuito de compreender como a capital de Goiás se consolidou como projeto de cidade.

A CIDADE ILEGAL: CONTRADIÇÕES DE UMA METRÓPOLE MODERNA

Foi na antiga *cidade ilegal* que os condomínios de luxo se desenvolveram como expressões das contradições da metrópole moderna. Localizados na região sudoeste de Goiânia, tomaram corpo nas décadas de 1980 e 1990, induzidos, seja pelo capital privado ou pelo Estado com suas políticas populistas de moradia.

Entender como a cidade de Goiânia se organiza con-

temporaneamente está no nexo de partir do que pensam os produtores de espaço da cidade e como esses planos se submetem às forças maiores, como o capital privado, fazendo com que o sonho da capital moderna planejada se adeque às demandas impostas pelo capital, que se apropria de sonhos como o da moradia (ou casa própria).

O sonho é tomado com uma expressão das condições econômicas existentes. Benjamin³⁴, considera que cada época tem “um lado voltado para sonhos”. Assim, o sonho de ter onde morar se torna o movimento para que os grupos aqui pesquisados se aloquem onde estão, seja por imposição do Estado, no caso do assentamento, ou por escolha, no caso do condomínio de luxo. Ao tomarmos os sonhos como imagens de desejos, afirmamos que eles passam a ser mercadorizados, como tudo no capitalismo.

Goiânia se aprofunda em fantasmagorias, mas é preciso deixar claro que essa nuance da cidade não é de agora. O projeto arquitetônico, desde a pedra fundamental, já era fantasmagórico, pois o que era sonho teve de sucumbir às demandas de desejos reprimidos existentes em seu interior e alimentados por políticos, moradores e, principalmente, especuladores, responsáveis por nutrir e lucrar com esses desejos.

As fantasmagorias do projeto urbano de Goiânia estavam enraizadas desde a sua gênese. O plano original fora mudado por conta da simbiose que envolvia a política e o poder econômico da época. É justamente sobre esse palco que a cidade que se quer (sonhada, desejada) se distancia da cidade que realmente foi implantada.

Um plano urbanístico, enquanto instrumento de orientação, presta-se a indicar o melhor caminho. É um risco num papel que se pretende transformar em realidade. Assim, uma cidade, enquanto projeto, não passa de um risco imaginário, de uma perspecti-

³⁴ BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Minas Gerais: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, p.433.

va utópica em busca de materialização. Ao se tornar realidade, entretanto, a cidade real distancia-se da cidade imaginada.

Desde o início do projeto arquitetônico, a capital de Goiás foi excludente, como já acentuamos no início deste artigo. No projeto, os setores Central, Oeste e Sul ficaram nas mãos dos grupos mais abastados, aqueles que desejavam participar do discurso de progresso que Goiânia trazia. Os que não tinham condições econômicas de se inserir foram obrigados a se colocar nas áreas próximas às zonas industriais. Então, para entendermos como Goiânia se desenvolve urbanisticamente é preciso sempre retomar a discussão inicial que envolve a construção da cidade para fazer a seguinte reflexão: a fantasmagoria urbana que se tornou Goiânia está também no fato de que as velhas roupagens de outrora, aquelas que revestiam os discursos de progresso e modernidade, são hoje reconfiguradas como novidades. Por isso as teorias do sonho benjaminianas nos oferecem o que seria a verdadeira força histórica a ser por nós interpretada, pois é nesse contexto que, como historiadores, propomo-nos a “assumir a tarefa da interpretação dos sonhos” ..³⁵

Para o debate neste artigo, compreendemos que essas práticas sempre envolveram política (Estado) e moradores (grupos distintos), como forças motrizes para que todos os projetos urbanísticos de Goiânia se integrem à realidade econômica existente. Para entendermos os sonhos que envolvem a cidade, é necessário expormos qual é o sono que os embala, o capitalismo, e, no caso mais específico, o capital imobiliário.

A partir desse prisma, o estudo da cidade de Goiânia oportuniza uma ‘iluminação no sentido que Benjamin propunha com sua interpretação dos sonhos,

de revelação, inteligibilidade, cruzamento do dado objetivo (obra, traço, o sinal) com o eu- subjetivo (a leitura da representação)’. A iluminação encontrada com a interpretação do projeto urbano goianiense está na perspectiva que desde sempre ela foi delimitada a um grupo social específico (elite) e desconsiderou (e desconsidera) grande parte da população. A cidade ilegal (região sudoeste), palco de nossa reflexão deste artigo, é uma consequência de uma velha roupagem inerente ao projeto moderno capitalista.

Estamos diante de uma encarnação da cidade como mercadoria. A cidade-mercadoria é a expressão máxima do que Benjamin coloca acerca do capitalismo. Seria ela a nova natureza do capital; seria nela que a cultura do capitalismo se reproduziria pela perspectiva do consumo. Aí está a chave para entender a dinâmica urbana da modernidade. O sistema de objetos inerentes à *urbe* é, para uma interpretação benjaminiana, as “(...) imagens de sonho, hieróglifos de um passado esquecido”³⁶. Ao interpretá-las podemos reconhecer as fantasmagorias e fazer uma crítica à cidade.

Nas *Passagens*, Walter Benjamin as enxergou como miniaturas da cidade burguesa, tal como essas cidades deveriam ter sido segundo o imaginário inimpugnável da mesma burguesia: o entorno deslumbrante dos passeios em meio às mercadorias, no qual o mundo da produção desaparecia e ficava só o espaço da circulação, do consumo, da compra e da venda. O sonho da burguesia se corporificava: o luxo do paraíso encobria o inferno da exploração.

As análises de Benjamin expressam a dinâmica do processo de formação das *urbes* de uma maneira total e em Goiânia em particular. Em outros termos, aqueles que são responsáveis pela consolidação do

³⁵ ROUANET, Paulo Sérgio. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 93.

³⁶ BUCK-MORSS, Susan. *Dialética do olhar: Walter Benjamin e o projeto das passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Chapecó/SC: Editora Universitária Argos, 2002 p.66

projeto urbanístico da cidade, revestido da “aura” da autoridade, usam-na no sentido de favorecer os setores hegemônicos da cidade, representantes do capital, e excluir a maioria do direito à cidade.

Como resultado de tais ações e com a construção de um espaço urbano segregatório, a região sudoeste entra nesse contexto onde os espaços da *cidade-mercadoria* são consumidos de maneira legal ou ilegal. A face ilegal do consumo é a que nos interessa nesta reflexão por ter se ampliado a partir do final do século XX.

A existência desses espaços ilegais dá a imagem da segregação social existente hoje na cidade de Goiânia. E esse não é um privilégio exclusivo de Goiânia, pois estudos realizados mostram que, se tomarmos o uso do solo em relação ao aparato urbanístico (legislação urbana) como exemplo nas médias e grandes cidades brasileiras, 50% das edificações são ilegais [...].³⁷

Nem mesmo o aparato de leis que, pelo menos em tese, tentaram coibir o crescimento desordenado da urbe, foi capaz de diminuir o ímpeto da face ilegal da cidade, pois nele existe o sonho de pertencer ao espaço urbano e isso fez com que tais leis fossem flexibilizadas. No caso de Goiânia, a luta dos explorados e a expansão do capital imobiliário, vetorizados por interesses políticos, são fundamentais no processo de flexibilização das regras urbanísticas.

Essa cidade ilegal só aparece publicamente quando ocorrem calamidades públicas, como enchentes, epidemias ou através de reivindicações por melhores condições de vida, o que possibilita a visibilidade de suas entranhas e da deterioração de seus espaços e as condições precárias em que seus moradores vivem

A partir da década de 1980, na fase de início da in-

tensificação da “cidade ilegal”, as reivindicações por melhores condições de vida tiveram como cerne, a luta pela moradia. Isso foi um reflexo intrínseco ao sistema estabelecido (ancorado na díade capital e urbanização) e à falta de habitação. Historicamente, o estabelecimento do capitalismo trouxe em seu seio a contradição capitalismo x habitação. Engels, em um texto do final do século XIX, com o título *A questão da habitação*, já chamava a atenção para essa dinâmica.

A realidade da falta de habitações, como citou Engels, é um fato inerente ao processo de modernização e dos projetos urbanos capitalistas. Como mercadoria, a cidade transforma a moradia em imagem do desejo ou um sonho a ser perseguido por aquele que nela quer habitar. Esse sentimento em relação à casa reforça a forma como o capital vai lidar com tal objeto. A moradia, ao ser transformada em sonho, dá para o especulador ainda mais poder de transformar a mercadoria em algo além do objeto por ter sido transformada em culto.

A falta de habitações justifica ainda mais a ideia de que a casa dos sonhos corresponde a imagens do desejo e, como tal, mercadorizada. Em Goiânia, depois de pressões sociais, o Estado liberou a ocupação de áreas para atender uma forte demanda reprimida. Atender a demanda reprimida deu a tônica do que foi o processo urbanístico dos anos 1980 e 1990 em Goiânia. O antigo objetivo dos demarcadores urbanísticos já havia há muito sido deixado de lado e substituído pela ganância do capital imobiliário; o sonho da modernidade substituído pelo sonho dos novos bandeirantes (os imigrantes). O lugar para morar era prioridade para uns (pobres) e ganho para outros (capital imobiliário/poder público).

Com a liberação de áreas e com a nova demanda, cabe ao capital imobiliário facilitar o acesso das classes mais pobres primeiramente, fator este que,

³⁷ MOYSÉS, Aristides. Goiânia: metrópole não planejada. Goiânia: Editora da UCG, 2004, p.195.

na história de Goiânia, nunca foi problema, haja vista a existência de um sistema de financiamentos em longo prazo.

O Estado e o Capital agem para cumprir as metas para que os mais desfavorecidos possam ocupar o espaço urbano. O Estado, por meio dessa ação — ao liberar loteamentos para os mais pobres —, segrega para áreas mais inóspitas grande parte da população, sem deixar clara tal situação. Como demagogia, cria um enredo fantasmagórico de pertencer à cidade estando longe dela, no que tange a serviços, lazer e bens culturais.

A grande questão deste distanciamento está no que tange o econômico. Os moradores dessa região vivem com uma renda de, no máximo, três salários mínimos, sendo que é observada na região a mudança desse perfil, de acordo com as transformações advindas da estruturação da infraestrutura urbana e o caráter de acumulação patrimonial, adquirido com o passar do tempo — sob esses números a região Sudoeste fica em último da lista.³⁸

As fantasmagorias da cidade de Goiânia e os desejos que ela enseja nos indivíduos trazem em seu interior o seguinte fato: quanto mais são segregados os grupos mais pobres, mais eles representam as grandes diferenças socioeconômicas. A cidade, em sua ocupação, delimita a pirâmide social do interior da cidade.

A própria segregação se tona um lugar de diferenciação social, pois na metrópole moderna existem aqueles que estão segregados espacialmente, pois a cidade moderna é a representação material das diferenças sociais, por outro lado existem aqueles que se segregam por opção, fogem da cidade que escapa aos seus desejos. A elite que tem o controle do urbano não consegue lidar com suas contradições e busca no isolamento uma forma de viver na cidade.

Para nossa reflexão, os condomínios de luxo trazem uma forma de entender historicamente a metrópole contemporânea.

O CONDOMÍNIO JARDINS MADRID: A NEGAÇÃO DA CIDADE

Uma das grandes características da reflexão sobre a história a partir dos escritos de Benjamin está no seu tratamento como um projeto inacabado, ou ainda em movimento. O autor, em suas *Teses sobre a história*, direciona-nos a pensar e analisar o processo histórico a partir da perspectiva monadológica, ou seja, nos pequenos fragmentos do todo podemos interpretar e captar as tensões e contradições do mundo moderno.

O conceito de mônada, tomado por Benjamin de empréstimo a Leibniz — o objeto contemplado pelo colecionador e que encerra em si um mundo; a obra de arte como informação concentrada do espírito de uma época; um carácter social como abreviado da mentalidade de uma classe social — nos alicerça na compreensão do que é a experiência da Modernidade.

Para entendermos a mentalidade dos grupos sociais mais abastados, propomos a interpretação monadológica da cidade de Goiânia, mas para isso precisamos compreender que os condomínios de luxo são a continuidade de uma prática que nos remete à Roma Antiga, ou seja, a proposta benjaminiana da modernidade se aplica aqui: o antigo e o novo se aproximam. A ideia de residências fora dos limites estritos da cidade remonta à antiga Roma.

As primeiras *villas uburbanae* como nos orienta Menezes (2009), foram construídas no início do século I d.C. Eram construídas pela aristocracia nos arredos

³⁸ SEPLAM apud MOYSÉS, 2004

res de Roma, fora das muralhas. Os sítios para a implantação destes locais de retiro, ócio e prazer eram, principalmente, junto às montanhas, em locais de clima mais ameno, como Tivoli (então denominada Tibur) e Frascati, servindo como refúgio do calor do verão romano e, eventualmente, também eram construídas junto ao mar, especialmente em Óstia (Oestia).

A partir da citação podemos afirmar que a relação da elite com a cidade se estabelece como negação e, com ela, formas de distinção social. Ao negar a cidade, a elite busca diferenciar-se dela. Benjamin nos alerta para esse tipo de relação da burguesia com a cidade. Com o advento do capitalismo, as cidades cresceram de forma acelerada e ao mesmo tempos problemas inerentes a esse crescimento. A massa se aproximou da elite burguesa. A sujeira, a promiscuidade, a poluição e o turbilhão da velocidade da multidão faziam com que o homem burguês perdesse, no “mar de gente”, sua identidade, e com ela sua distinção, sendo mais um na multidão, como aponta Edgar Allan Poe (ano) em seu clássico *Homem da multidão*.

A construção desses condomínios se intensificou a partir da década de 1970 no Brasil, repetindo uma tendência que já se estruturava nos Estados Unidos desde a década de 1950. Segundo Souza (2010), os condomínios fechados surgiram nos Estados Unidos na década de 1950, quando as pessoas começaram a adquirir casas nos arredores das cidades.

Todavia, uma das primeiras comunidades construídas atrás de grades nos ensina Souza (2010), com as características dos condomínios fechados atuais, foi a Tuxedo Park, datada de 1885, próxima de Nova York. Ao mesmo tempo, ruas privadas, gradeadas, eram construídas em St. Louis e outras cidades em forma de mansões para ricos. Essas comunidades

continuaram construídas apenas para as classes altas nas décadas de 60 e 70, tornando-se uma grande tendência para a década de 80.

Fruto de uma dinâmica global, os condomínios se tornam a expressão de uma padronização das novas formas de viver a cidade. Segundo estudiosos desse fenômeno da urbanização, a autossegregação é um fator inerente a essa prática e as justificativas são as mesmas existentes no contexto urbano de épocas passadas: afastar-se dos perigos que a cidade traz com seu crescimento.

A antropóloga Maria Tereza Caldeira³⁹ deu o nome de enclaves fortificados a esses espaços privados que hoje ocupam a cidade ilegal em Goiânia. A principal justificativa para tal prática urbana está na busca da paz, um ambiente que se distancie da caótica dinâmica da cidade, e principalmente evitar a criminalidade. Em nossas entrevistas, todos os entrevistados deixaram claro que estar em tal ambiente tinha como motivo, num primeiro momento, *fugir* da violência da cidade.

Tuan (1980) chama a atenção para as moradias coletivas que se dinamizaram com a expansão do capitalismo, tornaram-se obsoletas e não mais correspondem a um paradigma de bem viver. A cidade não possibilita, aos indivíduos abastados, distinguirem-se da massa. Os grupos mais ricos buscam, em nichos de vida diferenciados, criar um ambiente de iguais: “Tendem a ser ambientes socialmente homogêneos. Aqueles que escolhem habitar esses espaços valorizam viver entre pessoas seletas (ou seja, do mesmo grupo social) e longe de interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas”.⁴⁰

Entendemos que os enclaves fortificados são as expressões miniaturizadas mais plenas do capitalismo

³⁹ CALDEIRA, Teresa do Rio. *Cidade muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 211.

⁴⁰ CALDEIRA, Teresa do Rio. *Cidade muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 259.

contemporâneo, como as passagens e galerias eram no século XIX. Para Benjamin, os condomínios trazem encapsulados em seu interior a forma tensionada do mundo. A partir deles pode-se compreender como as classes abastadas de Goiânia vivem seus mitos de cidade e de mundo e a partir deles constroem fantasmagorias de uma vida pacífica, livre e saudável — isso tudo fetichizado mercadologicamente pelas promessas embutidas nessas novas formas de viver.

A privatização dos espaços é trabalhada pelo olhar benjaminiano, mediante uma apurada observação da ilusão sutil de liberdade de circulação e de acesso às mercadorias que as galerias transmitem ao comprador, longe do ruidoso e mau gosto do populacho. Num raciocínio que parece simples, Benjamin sugere-nos que as imagens de vias de circulação espaço como espaços públicos passaram a ser encaradas como espaços privados, em troca de conforto, tranquilidade e segurança.

A reflexão benjaminiana acentua que o historiador pode, a partir da visão monadológica, romper com a perspectiva da história contínua e captar as subjetividades do grupo social ali estabelecido, sendo tomado com um fragmento que nos abre para interpretar do todo.

Como novas formas de viver na cidade, os condomínios nos remetem ao início do capitalismo. Para Tuan (1980), seria essa atitude uma *reação* à cidade. A classe média e a elite procuram se afastar da cidade para evitar os perigos que ela e seus moradores representam; buscam uma forma de viver entre iguais, mas, nesse processo, os enclaves reafirmam a desigualdade no espaço urbano.

Esse modelo de vida é analisado por vias benjaminianas como uma reconfiguração das formas de viver o privado pela burguesia. O que era transgressor na ordem pública foi esvaziado e transformado em algo ao qual os grupos abastados se apegam para tornar a vida mais harmoniosa e pacífica, negando o que acontece fora das paredes de seu lar — neste, as fantasmagorias e mitos do mundo capitalista são

reproduzidos em objetos e rituais para que a vida ganhe algum sentido.

Para o homem privado, o espaço em que se vive se opõe pela primeira vez ao local de trabalho. O primeiro constitui-se como *intérieur*. O escritório é seu complemento. O homem privado, que no escritório presta contas à realidade, exige que o *intérieur* o sustente em suas ilusões. Esta necessidade é tanto mais urgente quanto menos ele cogita estender suas reflexões relativas aos negócios em forma de reflexões sociais. Na reconfiguração do seu mundo privado, reprime ambas. Disso originam-se as fantasmagorias do *intérieur*. Este representa para o homem privado o universo. Aí ele reúne o longínquo com o passado. Seu salão é um camarote no teatro do mundo.

O condomínio representa um modelo de vida que confere status, sempre compondo uma imagem que possa se distinguir do mundo de fora. Isso se torna claro nos anúncios imobiliários. A leitura que Benjamin nos propõe a partir de seus estudos de Paris nos faz voltar à reflexão da cidade como expressão máxima do capitalismo, pois essas novas maneiras de morar se apresentam como mônadas.

Por estarem inseridos em uma estrutura de segurança muito rígida, na qual os gestos e formas de morar são também condicionados, a liberdade e o bem viver têm um padrão, são ritualizados. Todas as ações sobre a fantasmagoria da paz e da segurança colocam os indivíduos ali para viver de modo linear e, para estes, isso não se torna opressão (pelo menos para os mais velhos), mas símbolos de status.

Para que o mito do viver bem possa criar fantasmagorias, se faz necessário o uso da propaganda que, nos escritos benjaminianos, cumpre a função de condicionar o consciente dos indivíduos para que eles não percebam a realidade além do que ela é, tornando-os incapazes de libertar-se da ilusão e do sonho.

A propaganda, segundo Caldeira (2003), tem o objetivo de seduzir. Em uma leitura benjaminiana, podemos afirmar que a propaganda cria a possibilidade

do culto à mercadoria. No caso de moradias dentro de condomínios fechados, trabalha-se a imagem de espaços nos quais a vida se torna possível, como ilhas onde se pode buscar refúgio da cidade, isso aliado a uma ideia de leveza. Outro fator inerente ao contexto do condomínio se expressa na volta à natureza. O discurso ecológico é substancial na apresentação do modo de vida proposto pelo condomínio. Essa fantasmagoria de volta ao campo ou, no mínimo, de retorno à cidade do interior, faz parte dos discursos comuns às propagandas de condomínios fechados. Tuan (1980) informa que tal situação já era compartilhada pelos membros da elite dos séculos XVIII e XIX, quando membros da elite burguesa se retiravam para o subúrbio da cidade como forma de se libertar dela mesma; lá poderiam viver com mais informalidade e simplicidade.

Para nós neste trabalho fica claro que essa informalidade está mais vinculada à quebra das regras estabelecidas do que a uma forma de viver pacificamente. Nos condomínios fechados — que supostamente deveriam reunir uma comunidade — se repetem as contradições próprias do modo de produção estabelecida. A vida entre iguais parece estar distante do ideal de harmonia que alguns anúncios querem construir.

A liberdade proposta pelo novo modelo de vida esbarra nas contradições do mundo capitalista. Os habitantes das casas tratam o condomínio como um bem particular, não considerando a ideia de que ali dentro existe uma comunidade. Isso porque não somente os espaços foram privatizados, mas os indivíduos também, e o que impera é o desejo de um sobre o outro.

Esse isolamento dentro do condomínio reflete a forma com que a classe mais abastada se articula com o urbano. O isolamento do público, ou a resistência a ele, é uma das normativas inerentes a essa interação.

Caldeira (2003) comenta que, mesmo com amplas áreas de lazer e interação, o convívio entre os membros de um condomínio é algo inexistente, com ex-

ceção das crianças. Mas estas, ao entrarem no ensino médio, também diminuem a interação com os membros do condomínio.

A volta para o interior é algo que faz parte do *habitus* das classes mais altas. Elas se isolam em suas casas como forma de viver um universo diferente do que existe ali fora. Então os objetos e serviços se tornam imagens de culto de um *estilo de vida*. O que podemos concluir é que são fantasmagorias de vida as práticas dentro dos condomínios fechados. Elas expressam as formas modernas de viver na cidade e reproduzem o que Benjamin argumenta a cerca do que a modernidade produz nas subjetividades dos indivíduos.

Na prática, o grupo que vive no condomínio Jardins Madrid reproduz em seu microcosmo, ou mônada, uma prática geral, no que tange à relação entre burguesia e cidade, em seus comportamentos. Fica claro que tal situação traz em si uma realidade imbricada ao sistema estabelecido, ou seja, os condomínios trazem em seu interior as formas já existentes de vida na relação da burguesia com a cidade, advindas dos primórdios do capitalismo.

Outra fantasmagoria inseparável da realidade dos condomínios se vincula ao discurso de segurança. A realidade do interior dos condomínios é outra; a criminalidade entre os iguais existe. Os mesmos filhos que se tornam os justificadores para a decisão de morar em condomínios fechados, porque a vida lá fora é violenta e perversa, são os protagonistas da transgressão às leis e da criminalidade dentro dos muros dos iguais. Os delitos praticados vão de pequenos furtos ou de atos de vandalismo contra instalações coletivas (sendo o mais comum deles a destruição de extintores de incêndio) ao consumo de drogas.

O que ocorre dentro dos condomínios é exemplo de como os setores médios encaram a cidade. Ao mesmo tempo em que se nega o público em nome do privado, existe uma despolitização e uma negação a um comportamento que podemos compreender como cidadão. Tal situação conota a visão de que

as leis públicas estão também do lado de fora. É interessante como a fantasmagoria se constrói nesse caso: aquilo que é negado lá fora, dentro dos condomínios se torna praxe.

É muito fácil transgredir as leis internas do condomínio, haja vista que os moradores veem todo complexo como seu, não como um local de convivência entre muitos. Os mais jovens se sentem protegidos da criminalidade de fora e ao mesmo tempo também das leis, pois, do mesmo jeito que o bandido, a polícia e a justiça também estão do lado de fora dos muros.

Dentro dos condomínios o desrespeito às leis é quase uma regra. As pessoas sentem-se mais livres para desobedecer à lei porque estão em espaços privados dos quais a polícia é mantida distante, e porque encaram as ruas dos seus condomínios como extensões de seus quintais.

Como seu universo, o indivíduo que vive em um condomínio trata todo o complexo como algo privado. Aqueles que estão ali, contratados pelo próprio condomínio para fazer a segurança, são destratados e até mesmo desautorizados em seu trabalho, pois, para os moradores, eles não são agentes da lei — estes estão do lado de fora; ali dentro os responsáveis pela segurança são nada mais que funcionários dos que lá habitam.

Os problemas relativos à criminalidade e aos jovens dentro dos condomínios não são tratados como questão de ordem pública, mas como uma questão interna de ordem familiar. O crime não deve ser rechaçado com lei. Isso vale somente para os crimes do lado de fora.

Em outras palavras, os problemas são domésticos e devem ser resolvidos privadamente. Se o controle

interno (doméstico, privado) fosse reforçado, as leis da sociedade não teriam que intervir. Esta noção é tão arraigada que, associada à desconfiança generalizada em relação à polícia, faz com que ninguém pense que ela poderia fazer cumprir a ordem pública dentro do condomínio.

CONCLUSÃO

Como depreendemos, os condomínios, como locais modernos de moradia, resguardam, em seu interior, fantasmagorias que se contrapõem à realidade prática. Usando o olhar monadológico benjaminiano, podemos afirmar que o mito de viver bem propagandeado por esses espaços de vivência urbana, na verdade, tem por trás velhas práticas de como a elite lida com o espaço urbano. Essa vivência para dentro do mundo dos muros reproduz a tentativa burguesa do *intérieur*, uma vida narcotizada pelos sonhos propostos pela nova etapa do capitalismo vigente, na qual o “espaço se disfarça, assumindo a roupagem dos estados de ânimo como um sedutor”.⁴¹

Esse espaço de vivência traz uma ilusão de bem-estar que é difundida entre os que ali vivem. Nesse contexto, um fato para o qual vale a pena chamar a atenção e que faz parte da cultura urbana moderna é a falta de conhecimento do mundo extramuros, pois grande parte dos condomínios fechados é construída em áreas de periferia e pobreza das grandes cidades. Em Goiânia, grande parte está localizada na cidade ilegal, ou seja, na região sudoeste.

Segundo a SEPLAM, essa nova regionalização se justifica em razão da expansão territorial da cidade. Além disso, a necessidade de se isolar espaços homogêneos, como é o caso dos condomínios horizon-

⁴¹ BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, p.251.

tais fechados, espalhados pela cidade, dos espaços também homogêneos, mas com perfis diferenciados, como é o caso da área de posse, Parque Anhanguera II, na Região Sudoeste de Goiânia.⁴²

Por serem cercados por um complexo e moderno sistema de segurança, esses condomínios podem se localizar na periferia da cidade, sendo uma característica observável de muitas e novas áreas de expansão urbana, no qual diversos empreendimentos imobiliários hoje voltados para uma fatia mais abastada da sociedade se encontrem localizados onde anteriormente eram parcamente habitadas [por pessoas mais pobres].

A obsessão pela segurança aliena os moradores em relação à realidade urbana que os cerca. O isolamento para dentro de seu mundo, segundo Benjamin, distancia o morador do condomínio fechado de tudo que lá fora não interessa. Inebriado pelos sonhos inerentes ao capitalismo, o morador do condomínio não consegue estabelecer nem uma conexão de reflexão com o que circula ali na região onde habita.

Os muros do condomínio podem ser interpretados como a representação social desse distanciamento: estar no mundo, mas não pertencer àquele mundo — uma alegoria da passagem de Paulo sobre o mundo fora do cristianismo. Os muros alegorizam o distanciamento social dos grupos ali inseridos. Esse distanciamento social não é algo estranho. Os condomínios fechados trazem as fantasmagorias que o projeto urbano moderno proporcionou. Entre as intenções de Attilio e Godoy, inspirados em projetos modernos que visavam integração, e a realidade urbana, a distância se tornou grandiosa desde o início da construção.

A cidade moderna no coração do sertão não integrou os mais pobres, estabelecendo fronteiras entre a elite que se inseriu nas áreas da cidade planejada.

O projeto modernista criou, na verdade, o distanciamento social. O maior símbolo é o ataque à rua — local de interação e encontro dos indivíduos —, que constituiu a alma da segregação espacial dos projetos modernistas e consolidou a espacialização da cidade em classes. Os condomínios fechados trazem em seus projetos a lógica modernista subvertida pela cidade capitalista.

Nos condomínios fechados, entretanto, a arquitetura modernista se torna não só um símbolo de status para a burguesia, para quem essa arquitetura pode ainda estar na moda, mas também um dos principais meios de produzir segregação. Para alcançar suas metas de isolar, distanciar e selecionar, os enclaves fortificados usam alguns instrumentos oriundos do repertório modernista de planejamento e arquitetura. Uma das características comuns entre o planejamento modernista (e da cidade-jardim) e os enclaves fortificados é o seu ataque às ruas como uma forma de espaço público.

A consequência é que a rua se torna perigosa e o que tinha objetivo de criar integração teve efeito contrário: a segregação, posto que a rua [o anterior espaço da vida pública] foi destruído levando consigo a possibilidade de um espaço de diversidade urbana e a possibilidade de coexistência da alteridade.

Os condomínios usam os recursos modernistas para produzir sua realidade espacial, porém, com adaptações, para que sempre reforcem a situação de separação entre os membros do condomínio e a área que o cerca. Então, o que se pretendia com o modernismo — quebrar a separação pública e privada — foi transformado em reforço das distinções de classe. Assim, o projeto modernista configura, na prática, um mito capitalista da integração e uma fantasmagoria desse objetivo, incorporados pelos condomínios como perspectiva arquitetônica.

Voltando ao muro, ele tem o objetivo de mostrar que

⁴² SILVA, Rosana Fernandes. *Condomínios horizontais fechados em Goiânia. Um caso: Privê Atlântico*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003, p.48

ali existe uma separação. Como em uma cápsula, vivem os abastados, e o que ocorre lá fora fica em suspenso. Segundo Benjamin (2007, p. 251):

“viver dentro deles era como ter se enredado numa teia de aranha espessa, urdida por nós mesmos, na qual os acontecimentos do mundo ficam suspensos, esparsos, como corpos de insetos, ressecados. Esta é a toca que não queremos abandonar”.⁴³

O muro não tem tolerância com ou para com o outro. As convenções modernistas foram apropriadas pelos condomínios como representação da separação, com o objetivo de assegurar que os diferentes mundos não se encontrem, ou no máximo, encontrem-se o menor número de vezes possível. A vida cotidiana na cidade de muros reforça exatamente os valores de incivilidade, intolerância e discriminação.

O materialismo dialético de Benjamin mostra que, nessa relação com o condomínio fechado, os moradores estabelecem as mesmas relações que a burguesia parisiense estabelecia com a urbe, marcadas por negação, resistência e contradições inerentes a uma cidade. Para nosso artigo, o olhar benjaminiano revela o que está por trás dessas representações de distinção. O condomínio, como mônada, permite-nos escovar a história da cidade de Goiânia a contrapelo, percebendo que a cidade que ainda vemos, continua reproduzindo relações e subjetividades de muito tempo, mesmo com o discurso da ruptura. O que as fantasmagorias escondem é uma situação imutável inerente ao capitalismo e sua encarnação na cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo 1. ed. São Paulo: Brasiliense,

1989.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. Passagens. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BOLLE, Willi. Fisionomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin. São Paulo: Editora da USP, 1994.

BUCK-MORSS, Susan. Dialética do olhar: Walter Benjamin e o projeto das passagens. Belo Horizonte: Editora UFMG; Chapecó/SC: Editora Universitária Argos, 2002.

CALDEIRA, Teresa do Rio. Cidade muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2003.

CHAUL, Nas Fayad. A construção de Goiânia e a transferência da capital. Goiânia: Cegraf/UFG, 1999.
DINIZ, Anamaria. Atílio Corrêa Lima. Itinerário pioneiro do urbanista. Jundiaí: Paco, 2017

ENGELS, Friedrich. Para a questão da habitação. Tradução de João Pedro Gomes. Lisboa: Avante Biblioteca do Marxismo-Leninismo, 1993.

FREITAG, Barbara. Duas cidades entre a História e a Razão. In. Tempo Brasileiro, n. 116 - Homem, cidade, natureza: a cultura hoje. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994

GRAEFF, Edgar Albuquerque. 1983 Goiânia: 50 anos. Brasília: MEC, 1985.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

⁴³ BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, p.251

MELLO, Márcia Metran de. Goiânia: cidade de pedras e de palavras. Goiânia: Editora da UFG, 2006.

MENEZES, Lucas Veloso de. Condomínio: status e utopia num subúrbio brasileiro do século XXI. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MOYSE, Aristides. Goiânia: metrópole não planejada. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei. São Paulo: Nobel, 1997.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA. Disponível em: <<http://www.goiania.go.gov.br/shtml/seplam/dados/mapas>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

SOUZA, Renato Medeiros de. Os condomínios horizontais: qual é a sua gênese e por que tanto crescem? In: Estudos, v. 37, n. 5/6, p. 561-572, maio/jun. 2010.

SILVA, Rosana Fernandes. Condomínios horizontais fechados em Goiânia. Um caso: Privê Atlântico. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. A construção de Brasília: modernidade e periferia. Goiânia: Editora da UFG, 2010.

TUAN, Yi - fu. Topofilia: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Rio de Janeiro: Difel, 1980.